

Avaliação da Universidade: mais um equívoco da política educacional do MEC

José Luiz de Paiva Bello - Rio de Janeiro, 1999.

Avaliar é medir a qualidade de alguma ação. Estipular qualidade é uma tarefa relativamente fácil para a maioria dos produtos desta ação. Mas não é para a educação. Se estou avaliando o resultado da ação de se produzir parafusos, basta que peguemos um parafuso e o experimentemos numa superfície adequada. Se o parafuso entortar, quebrar, enferrujar ou tiver dificuldades para entrar, podemos dizer que o parafuso não tem qualidade. Mas em educação parece que não é assim: a avaliação proposta pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC para as Universidades é quanto aos procedimentos e não quanto aos resultados. Voltemos ao parafuso. Digamos que a fábrica de parafusos tenha um padrão de procedimentos excelente, mas o produto final entorta, quebra, enferruja e tem dificuldades para entrar na superfície. Esta é a preocupação do MEC: avaliar os procedimentos e não o resultado final.

De que adianta a fábrica de parafusos obter o Certificado ISO 9000 se o produto é ruim? Passando para a educação: de que adianta o MEC examinar os procedimentos se o produto é ruim? Será que um percentual pré-estabelecido de professores com cursos de Mestrado e Doutorado garante qualidade? Será que uma Biblioteca grande e com uma quantidade considerável de material garante qualidade? Será que o resultado de um exame, conhecido como "Provão", garante qualidade? Na minha opinião avaliar os meios em educação, e não os fins, é uma maneira de impingir aos meios um conceito equivocado de qualidade. Pode ser que todos os professores de uma determinada instituição de ensino superior tenham cursos de Doutorado, mas esse fato não garantirá que esses mesmos professores tenham uma desejável dedicação e uma boa didática em sala de aula. Pode ser que a biblioteca de uma determinada instituição de ensino seja a maior do mundo, mas esse fato não garantirá que o ambiente desta biblioteca esteja sempre cheia de alunos. Pode ser que todos os alunos de uma determinada instituição de ensino tirem nota máxima no "Provão", mas esse fato não garantirá que os alunos egressos desta instituição se tornem bons profissionais. Sabemos que a Universidade vem deixando de ser o centro de produção de conhecimento. Cada vez mais as empresas industriais vêm tomando um lugar que, por direito histórico, deveria pertencer à academia de ciências. Com raras exceções, na área tecnológica, e mesmo assim normalmente em parceria com outras instituições fora da Universidade, a academia não produz praticamente nada para aproveitamento da sociedade. A Universidade tem se tornado uma ilha dentro da sociedade, um feudo onde, mais do que saber, disputa-se poder.

Mas afinal podemos definir qualidade nos procedimentos educacionais? Se sou pela pedagogia montessoriana vou definir que qualidade em educação, mesmo nos cursos superiores, é permitir a aprendizagem através da prática, do concreto. Se sou piagetiano vou dizer que qualidade em educação é facilitar a aprendizagem, já que *"ninguém ensina a ninguém, são os alunos que aprendem"* e o *"professor não ensina, mas ajuda os alunos a aprender"*. Se sou tradicional defino que qualidade em educação é manter a disciplina da turma e ensinar da melhor forma possível para que meus alunos se saiam bem nas provas. Se estamos falando de qualidade qual destas correntes é a melhor? Qual delas produz melhores resultados? O MEC não está interessado nisso. Está interessado se a instituição tem uma grande biblioteca, se os professores tem curso de Mestrado ou Doutorado e se os alunos tiraram boas notas no "Provão". De nada adianta se a Universidade tem uma ótima biblioteca, com uma variedade inestimável de documentos, se os alunos não são estimulados a frequentá-la. O uso da biblioteca depende do valor que a instituição dá a esse espaço. Neste sentido não é necessário nem mesmo que a biblioteca esteja no espaço do "campus". Quando o aluno se sente estimulado para a pesquisa, que deveria ser uma característica básica de qualquer Universidade, ele procura qualquer biblioteca, não sendo necessariamente a da sua instituição de ensino.

De que adianta o professor ter cursos e mais cursos de pós-graduação se sua postura em sala de aula é arrogante, autoritária e insensível com os alunos? Neste caso mais importante do que avaliar a titulação dos professores seria avaliar os cursos que formam esses professores. Por experiência própria posso dizer que a maioria dos professores dos cursos de graduação nem sabe para o que está formando seus alunos. Na minha área, Pedagogia, isso é facilmente detectável. Encontramos nas faculdades de Pedagogia professores de Psicologia da Educação que estão mais preocupados em *"ensinar"* Freud, Klein, Jung, Reich e não conseguem *"ensinar"* Piaget. O mesmo acontece com professores de Filosofia da Educação que falam com descontração de Platão, Kant, Nietzsche mas desconhecem Paulo Freire, Montessori, Freinet, Dewey, Decroly, Pestalozzi, Herbart, Comenius, entre outros.

E o que dizer do "Provão"? Mesmo sendo de uso corrente, a pedagogia moderna já nos mostrou que a "prova" não prova o conhecimento do aluno; apenas mede o que o aluno decorou. É a "educação bancária", proposta por Paulo Freire: o professor deposita uma determinada quantidade de conhecimentos nos alunos e tira no final do período através da prova. Além disso o "Provão", instituído pelo Decreto no. 2.026, de 10 de outubro de 1996 do MEC, faz com que o planejamento dos cursos, que já são medidos por este método, enfoque mais a preparação dos alunos para a realização do exame do que para a sua formação profissional.

A verdadeira avaliação dos alunos egressos de uma faculdade será, inevitavelmente, o mercado de trabalho. De nada adiantará um aluno tirar a nota máxima no "Provão" se ao ingressar no mercado de trabalho não tem qualificação para tal. O que encontraremos serão advogados vendendo cachorro-quente, pedagogos trabalhando como caixas de bancos, professores na rua como vendedores ambulantes, engenheiros como secretários etc..

Só se pode avaliar uma instituição de ensino verificando se seus objetivos foram alcançados. E para se medir objetivos é necessário que o governo cumpra a sua parte implementando uma política educacional que seja discutida com toda a sociedade. Quais os objetivos de um curso universitário? Foram atingidos? Se a resposta for sim então é um bom curso universitário. Se não sabemos que objetivos atingir, medir o que, senão a subjetividade proposta pelo MEC?

Um dos itens propostos pela avaliação oficial é a inserção da Universidade na sociedade. Mas qual Universidade tem uma proposta objetiva de atuação junto à comunidade? É verdade que existem casos isolados que não passam de casos isolados. Imaginem quando todas as faculdades de Pedagogia, ao invés de "ensinarem" alfabetização nas salas de aula, estiverem alfabetizando a parcela analfabeta de nossa sociedade. Com certeza acabaríamos com o analfabetismo no Brasil. Imaginem quando todas as faculdades de Medicina colocarem seus alunos para atenderem a população pobre, sem direito a cuidados de saúde, ao invés de prendê-los em sala de aula. Com certeza melhorariamos as condições de saúde de boa parte de nossa população. Imaginem os estudantes de Direito atendendo pessoas sem condições de pagar um advogado para defender seus direitos, ao invés de aprender a fazer petições em sala de aula. Com certeza melhorariamos o direito à justiça de milhões de brasileiros. Imaginem os estudantes de Engenharia contribuindo na construção de estradas, pontes; imaginem os estudantes de Arquitetura sugerindo projetos e materiais para a construção de casas populares; os estudantes de Odontologia aprendendo através do atendimento às populações pobres; estudantes de Psicologia... Imaginem a Universidade verdadeiramente em contato com a sociedade, ao invés de se esconderem atrás dos muros desse "feudo" inatingível. Certamente teríamos uma Universidade atendendo ao preceito de Paulo Freire de que *"não se pode falar de educação sem amor"*. E, além disso, e principalmente, teríamos uma sociedade com melhores condições de vida e profissionais melhores preparados. Mas, na avaliação do MEC, isso tudo é apenas um detalhe sem importância. O que importa é que um terço dos professores tenham pós-graduação e horário integral, que a instituição tenha uma boa biblioteca, boas instalações, que os alunos tirem boas notas no exame de avaliação, ...

Avaliar uma instituição de ensino é possível e necessária, mas os critérios não podem ser jogados de forma leviana e sem um contexto social. Para se avaliar uma Universidade é preciso que saibamos o que queremos dos cursos de formação desta Universidade.